

EPISTEMOLOGIAS DO SUL E AS NOVAS GEOGRAFIAS: UM DIÁLOGO SOBRE OS SENTIDOS DO URBANO E DO RURAL

Ana Caroline dos Santos Ferreira¹
Paulo Nascimento Neto²

Resumo: A mobilização das chamadas Epistemologias do Sul aponta para diálogos ampliados com a sociologia urbana, sinalizando para limitações originadas de abordagens e conceitos eurocêntricos, possibilitando reformular desafios persistentes a partir de novas perguntas. Nessa perspectiva, o artigo tem como objetivo debater as contribuições da epistemologias do sul para uma teoria urbana aderente ao contexto das cidades latino-americanas. A partir de uma revisão teórica, discute-se conceitos e categorias relacionados as categorias das Epistemologias do Sul a partir da binaridade urbano-rural. Desse modo, mobiliza-se diálogos entre os campos da sociologia e dos estudos urbanos no que tange o avanço das perspectivas do Sul trazendo uma reflexão crítica de conceitos eurocêntricos.

Palavras-chave: Epistemologias do Sul, Teoria Urbana, América Latina, Urbano-Rural.

Abstract: The mobilization of the so-called Epistemologies of the South points to expanded dialogues with urban sociology, signaling limitations arising from Eurocentric approaches and concepts, making it possible to reformulate persistent challenges based on new questions. From this perspective, the article aims to debate the contributions of southern epistemologies to an urban theory adherent to the context of Latin American cities. Based on a theoretical review, concepts and categories related to the categories of Southern Epistemologies are discussed based on the urban-rural binary. In this way, dialogues are mobilized between the fields of sociology and urban studies regarding the advancement of Southern perspectives, bringing a critical reflection on Eurocentric concepts

Keywords: Epistemologies of the South, Urban Theory, Latin America, Urban-Rural.

1 INTRODUÇÃO

¹ Mestrado em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Paraná (UFPR), e-mail:1904carolineferreira@gmail.com.

² Doutorado em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e-mail: paulo.neto@pucpr.br.

O presente artigo³ tem como objetivo debater as contribuições das epistemologias do sul para uma teoria urbana aderente ao contexto das cidades latino-americanas a partir da binaridade urbano-rural. O quadro teórico busca uma nova relacionalidade epistemológica em direção à superação a este binarismo, tradicionalmente presente no campo. Baseado em uma revisão teórica, este trabalho dialoga com as contribuições centrais a partir das categorias das Epistemologias do Sul (Santos e Meneses; Santos, Araújo, Baumgarten, 2016, Connell, 2012) e da binaridade urbano-rural (Rodrigues, 1998; Monte-Mor, 2006; Cloke, 2006; Halfacree, 2006; Harvey, 2012; Santos, 2012; Brenner, 2014).

Ao buscar uma nova relacionalidade da teoria - sobretudo no campo epistemológico -, esse quadro teórico tem o intuito de contribuir com a superação do binarismo que sustenta um conjunto substantivo de análises com campo (Roy, 2016; Connell, 2012). Contrapõe-se ao entendimento de que as cidades “desenvolvidas” constituem “modelos” a partir dos quais teorias e políticas são produzidas e, consequentemente, as cidades “subdesenvolvidas” seriam consideradas com “problemas”, demandando diagnósticos e importação de “soluções fornecidas por um urbanismo transnacional sob medida” (Oliveira & Arantes, 2022, p.2).

Para tratar do tema, além desta Introdução, o artigo parte do debate sobre as epistemologias do sul à luz da teoria urbana e, sequencialmente, trabalha-se os sentidos do urbano e rural. Ao final, debate-se criticamente as contribuições para a agenda de pesquisa no campo da gestão urbana.

2 EPISTEMOLOGIAS DO SUL E A TEORIA URBANA

Ao longo do século XX, as Ciências Sociais, especificamente, a Sociologia Urbana, teve como preocupação e lócus explicativo as regiões metropolitanas do Norte Global concentrando-se no processo de modernização, industrialização e urbanização. No entanto, essa perspectiva clássica é revestida da “colonialidade do conhecimento urbano”⁴, resultando na disseminação de modelos de cidade e espaços urbanos que

³ Este artigo é uma síntese do trabalho intitulado: “*Repensar a Cidade Latino-Americana: contribuições do pensamento decolonial*” apresentado no *Urban Knowledge Net* (UKN), evento realizado em abril de 2024.

⁴ A discussão sobre a colonialidade do conhecimento urbano incorpora a reflexões dos aportes do “giro decolonial”, movimento que passa a se destacar a partir da primeira metade do século

não incorporam às experiências específicas do Sul Global. Nesse contexto, com a emergência de um quadro de autores foi possível fazer a releitura crítica dessa tradição que convidam à uma reorientação teórica, metodológica e epistemológica. Tal emergência busca compreender os novos arranjos que tangenciam as pesquisas urbanas com novos cruzamentos temáticos para aprofundar as dinâmicas desencadeadas nas cidades contemporâneas localizadas nas periferias do capitalismo global (Oliveira e Arantes, 2022).

Com base nisso, destaca-se a perspectiva binária e dualista do conhecimento entendida por Quijano (2005) como um novo universo de relações intersubjetivas de dominação, ou ainda, pela codificação das relações por meio da construção de categorias como Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em síntese, passa a ser classificada em europeu e não-europeu. Para Roy (2016), essa codificação também reverbera em uma análise sobre a teoria urbana que é permeada por uma gramática universal envolvendo formulações conceituais sobre a cidade e campo; setor formal e informal; Estado e sociedade civil; doméstico e empresarial. Sinaliza ainda que a leitura codificada sobre o urbano não considera as *variações* das dinâmicas locais.

Corroborando para essa discussão, Santos e Meneses (2009) trazem o colonialismo para além de todas as dominações como é conhecido, com destaque para a dominação epistemológica. Entende-se essa dominação a partir da relação desigual de saber-poder que representou a subjugação das formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas. Com o intuito de pensar na diversidade epistemológica do mundo, chama-se atenção para as epistemologias do Sul.

Aqui, o conceito de Sul não é compreendido somente por sua dimensão geográfica. Mas como um conceito que identifica o sofrimento humano por meio dos processos desencadeados pelo capitalismo, colonialismo, patriarcado e formas de resistência à opressão (Santos, Araújo, Baumgarten, 2016). De forma metafórica, o Sul é projetado como um campo de desafios epistêmicos buscando reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o

XX. Trata-se de um dos mais importantes coletivos de pensamento crítico, em sua maioria formado por autoras e autores latino-americanos (Ballestrin, 2013) e que emerge após a maturação de mudanças no campo das Ciências Sociais no que tange à sua "(re)construção de diferentes correntes de pensamento crítico" (Aguiar, 2018, p. 69).

mundo. Tal concepção sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, ao indicar um conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu.

Assim, as epistemologias do Sul formam um conjunto de intervenções epistemológicas denunciando essa supressão que, durante séculos, direcionaram outros saberes para um espaço subalterno. Nessa esfera, busca-se valorizar “os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos” (Santos; Meneses, 2009, s.p.).

2.1 SUL GLOBAL E AS “NOVAS GEOGRAFIAS”: CRÍTICA À TEORIA URBANA

No âmbito da produção do conhecimento, Fourez (1995) traz importantes contribuições referente à comunidade científica e a ideologia nesse campo. O autor destaca que a comunidade científica não se configura como o grupo neutro nem desinteressado, pois, entende que a maneira de pensar da maior parte dos cientistas será influenciada pelo seu lugar social de origem e enfatiza que a comunidade científica, no processo de construção do objeto, desenvolve as “rupturas epistemológicas” que dão um estatuto a um saber determinado.

Além disso, ressalta seu entendimento sobre as concepções ideológicas ao explicar que os discursos ideológicos incorporam uma representação adequada do mundo, mas que possuem mais um caráter de legitimação do que um caráter unicamente descritivo. Segundo ele, uma proposição ideológica está atrelada a uma representação do mundo que tem por resultado motivar as pessoas, legitimar determinadas práticas e mascarar uma parte dos pontos de vista e critérios utilizados. Em outros termos, quando tem como efeito mais o reforço da coesão de um grupo do que uma descrição do mundo. Desse modo, as ideologias - dadas as posições éticas ou sociopolíticas do pesquisado - são possíveis ser recusadas e outras possíveis a serem assumidas (Fourez, 1995).

Compreende ainda que a ciência é um dos métodos mais eficazes para criticar as proposições ideológicas não podem “[...] ser provadas ou falseadas em sua globalidade, pode-se, dentro de uma perspectiva voluntarista popperiana, decidir efetuar determinados testes que podem colocar em evidência os limites de certos discursos ideológicos” (FOUREZ, 1995, p.183). Diante disso, as considerações científico-técnicas podem ser mais ou menos convincentes na crítica ideológica.

Acentuando tal discussão, Connell (2012) compreende a teoria como uma forma de trabalho intelectual, especificamente, como parte diretiva do processo de produção na formação de conhecimento, ou ainda, como um processo que implica na formação de conceitos, construção de argumentos causais e definição e desenvolvimento de métodos.

A reflexão da autora versa sobre a estrutura geopolítica do pensamento sociológico e argumenta que a teoria social é a reificação da experiência social do Norte Global. Isso indica que as metodologias teóricas excluem o colonialismo ou não incorporam este como um processo social significativo. Sobre essa estrutura de pensamento acrescenta-se que:

A despeito das grandes diferenças em estilo e substância entre os autores, seus trabalhos compartilham as mesmas características lógicas que refletem o posicionamento típico enraizado na metrópole [...] Eles não escrevem a partir da experiência social de quem foi colonizado, ou se envolveu na colonização, ou ainda está imerso numa situação neocolonial (Connell, 2012, p. 10)

Nesse contexto, é evidenciado como problematização a complexa divisão social de trabalho no âmbito da produção de conhecimento, divisão que sempre teve uma dimensão geopolítica pautada na relação *Metrópole-Periferia*. Em grande parte do campo do saber, a produção do conhecimento se divide nessas esferas principais. De um lado, a esfera que concerne à zona onde se coletam os dados em grande escala localizada no mundo colonizado denominada pela autora como a periferia global pós-colonial. Enquanto o outro, refere-se a aplicação do conhecimento organizado situado no Centro imperial ou Norte global, no qual se desenvolve as tarefas organizativas e gerenciais, onde a teoria se realiza em um nível estratégico (Connell, 2012).

Em outros termos, o Norte global tem sido a centralidade na produção da teoria, pois, em suas universidades, nos museus e nos institutos de pesquisa que aconteceram o processamento de dados e debate intelectual, metodologia e formação conceitual. A autora destaca ainda que “[...] se teoria é o trabalho que o centro faz, então a mudança revolucionária é possível. Caso esse trabalho seja feito em outros lugares, o centro será fatalmente (re)localizado” (*ibid*, p.10).

Corroborando para essa leitura - a partir da crítica da teoria urbana - Roy (2016) enfatiza a necessidade da produção de uma teoria que marca a localização e incorpora as *variações* a partir das dinâmicas do lugar criando um contraste entre “as tendências

metrocêntricas do urbanismo ocidental – que se concentram nas “cidades globais”, a partir de uma perspectiva normativa e eurocêntrica” (Oliveira & Arantes, 2022, p.2). Ao reunir vários elementos para pensar as “novas geografias da teoria” nas cidades do Sul global com o intuito de fazer a reconceitualização de áreas urbanas críticas da teoria, Roy (2003) concentra-se no relacionamento entre lugar, conhecimento e poder e a partir de uma visão chave da crítica pós-colonial, acredita na possibilidade de novas práticas de teoria em estudos urbanos.

Partindo do questionamento se culturas teóricas dominantes são adequadas ao explicar os lugares no mapa que são aparentemente marginais e diferentes. Sua discussão traz em primeiro plano as formas de teorização que estão atentas à diferença histórica como um constituinte fundamental da urbanização global. A autora faz referência a uma teoria urbana que interpreta de forma equivocada a diferença histórica como *variação empírica* integrando uma cultura teórica que reproduz o eurocentrismo.

Além disso, tal teoria não considera os múltiplos conceitos das compreensões urbanas da economia política, pois, enfatiza que “foi mal interpretado como um argumento sobre a singularidade empírica das cidades no Sul global e, portanto, como um mandato para adicionar variação empírica à teoria urbana existente” (Roy, 2016, p. 2001, trecho traduzido).

Nessa perspectiva, entende-se que a *diferença histórica* compreende a diferença constituída por meio dos processos do colonialismo e do imperialismo é mal interpretada como variação empírica. Tal leitura, segundo Roy (2016), gera uma distorção entre o global e o universal. Ou seja, a urbanização pode de fato assumir uma forma global, embora o capitalismo seja inegavelmente global, enquanto a universalidade de tais processos apresenta-se como outra questão a ser analisada⁵.

Nesse rumo de análise, o eurocentrismo é tratado como “um problema epistemológico” no qual é problematizado a sua relevância para teoria, método e pedagogia em estudos urbanos (Roy, 2016). Essas estruturas conceituais importam não simplesmente porque trazem à vista a cidade não-ocidental, mas sim porque eles nos dão diferentes teorias do urbano, teorias sintonizadas com a diferença histórica. Baseada na discussão sobre as epistemologias do Sul e a crítica da teoria urbana que

⁵ “Podemos argumentar que o urbanismo é hoje um processo mundial. No entanto, isso faz não significa necessariamente que tais transformações urbanas possam ser entendidas como o universalização de uma forma urbana singular e básica. Não precisamos confiar no pós-colonial teoria para reconhecer essa distinção” (Roy, 2016, p. 204).

busca incorporar as novas práticas e arranjos no contexto da periferia do capitalismo global, destaca-se o significativo processo colonial vivenciado pelos países latino-americanos que, nesta discussão, é entendida como diferença histórica. Nesse sentido, será exposto um quadro analítico sobre o pensamento decolonial para ampliar o debate sobre esse tema.

3 OS SENTIDOS DO URBANO E RURAL

Para repensar as geografias da teoria urbana, Roy (2009) chama atenção para as expressões que estão na agenda teórica e política no que se refere ao “[...] desvanecimento da cidade para o campo, nas fronteiras que se estendem até o horizonte e nas vastas manchas de expansão urbana que desafiam limites e categorias censitárias” (s/p, trecho traduzido). No contexto brasileiro, a realidade histórica das categorias rural e urbano abrange uma diversidade de estruturas e organizações, estando sujeitas a transformações produzidas ao longo do tempo. Os dilemas do planejamento são desencadeados nas escalas estadual e municipal, com a necessidade de informações que embasam o planejamento e a gestão, para possibilitar entre outros aspectos a coesão territorial, a redução das desigualdades territoriais e o desenvolvimento rural (IBGE, 2017).

Nos últimos anos, o rural e o urbano se apresentam como manifestações socioespaciais bastante complexas e heterogêneas, como um dos desafios que se colocam diante da extensão territorial do país. Uma das formas utilizadas para a classificação de tais categorias é a ocupação econômica da população. Nesse contexto, o rural é caracterizado pelas atividades primárias, principalmente agropecuárias e o urbano por uma grande parcela da população ocupada em atividades secundárias e/ou terciárias. No entanto, a diversificação das atividades nas zonas consideradas rurais é debatida por teóricos (IBGE, 2017).

É verdade também que os limites oficiais entre zona urbana e zona rural, são em grande parte instrumentos definidos segundo objetivos fiscais que enquadram os domicílios **sem considerar necessariamente as características territoriais e sociais do município e de seu entorno**. Atendem, portanto, aos objetivos das prefeituras, mas dificultam políticas públicas e investimentos preocupados com as outras facetas e escalas da classificação rural-urbano (BRASIL, 2017, p. 11, grifo nosso).

Ao discutir outras facetas do entendimento sobre o rural, Halfacree (2006) e Cloke (2006) destacam essa categoria como um espaço imaginativo. Em outras palavras, considerando o caráter “múltiplo” de espaço em que o “rural” pode sinalizar uma enorme variedade de imaginários espaciais que se reflete o contexto geográfico. Sendo assim, o rural pode ter expressão material, mas, pode carregar diversos imaginários espaciais que são marcados de práticas de cultura, contestação, mercantilização, etc., ou seja, compreendido como uma representação social do espaço inferindo uma leitura desmaterializada da categoria (Halfacree, 2006).

O rural se destaca tanto como um espaço imaginativo significativo, conectado com todos os tipos de significados culturais, desde o idílico ao opressor, e como um objeto material de desejo de estilo de vida para algumas pessoas [...] assim que são feitas tentativas de desconstruir a metanarrativa rural, grande parte dessa força conceitual se dissipa nos cantos e fendas de localizações, processos econômicos e identidades sociais particulares (Cloke, 2006, p. 18).

No bojo dessa discussão, outros referenciais teóricos trabalham diferentes aspectos para a compreensão da relação dicotômica e multifacetada entre o rural e urbano no contexto do modo de produção capitalista, que incorporam também a questão ambiental como um viés analítico, com intuito de enriquecer o debate sobre o tema que considera novos parâmetros para pensar o planejamento territorial tendo em vista a sociedade pluriétnica e multicultural, ressignificando essas noções (Rodrigues, 1998; Monte-Mor, 2006; Harvey, 2012; Santos, 2012; Brenner, 2014).

No âmbito da economia política sobre o Urbanização, Milton Santos (2012) ressalta que o “sistema urbano é a economia” (p. 113), constituindo-se como um dado fundamental para a compreensão dela. Dessa forma, a urbanização não se estabelece apenas como um fenômeno social, econômico, político, mas também como um fenômeno espacial. A partir do pensamento de Marx, considera o método que apreende o movimento da sociedade como um todo, no qual as coisas não são conhecidas somente pelo seu valor absoluto, mas pelo valor relacional.

A natureza como corpo orgânico do homem; resultado das relações com outros homens e com a natureza; produção como um dado fundamental das funções exercidas conjuntamente pela natureza e pelo homem, em um dado momento (Santos, 2012, p. 113).

Alinhado com o pensamento de Quijano (2005) e Roy (2016) mencionado anteriormente, Santos (2012) retoma o argumento que a economia política da cidade deve trabalhar com noções clássicas: as relações entre capital e trabalho, a divisão do

trabalho, as relações entre natureza e sociedade, entre capital constante e variável, mas deve incorporar outras categorias como a questão do meio ambiente construído que “projetam a luz sobre temas clássicos” (p. 116), incorporando outras problemáticas envolvendo a emergência de novas contradições.

Sobre as noções clássicas, identifica-se a urbanização como a unidade contraditória de aspectos que norteiam o capitalismo, ao considerar “velhas questões, como o papel histórico da contradição entre cidade e campo, [...] reabertas no contexto do Terceiro Mundo” (Bottomore, 1988, p. 621). Desse modo, tais noções entendem que a urbanização se constituiu como um fenômeno de classe, em que o homem ao construir a cidade “reconstrói a si mesmo” (Harvey, 2012, p. 73), passando a incorporar novos padrões e estilo de vida urbana voltada para a construção de uma nova sociabilidade.

Ao trazer outros elementos para essa discussão, Monte-Mor (2006), no texto “*O que é o urbano no mundo contemporâneo*”, evidencia que o surgimento do urbano foi marcado pela entrada da indústria na cidade. Entende-se que a cidade foi considerada fundamental para o desenvolvimento industrial por concentrar a população, trabalhadores, e as condições gerais de produção. O autor destaca as implicações da relação cidade e campo como elementos socioespaciais opostos e complementares, constituindo a centralidade e a periferia do poder da organização social. Nessa perspectiva, há uma relação de domínio da cidade sobre o campo, por configurar-se como espaço privilegiado de poder político e ideológico que extrai e controla o excedente produzido no campo, sendo uma condição para a reprodução da classe dominante (Monte-Mor, 2006).

Nessa perspectiva, apresenta-se a relação de dependência entre o desenvolvimento do capitalismo e o processo de urbanização no contexto da lógica neoliberal e sua dimensão histórica, em que a cidade emerge da concentração social e geográfica do produto excedente configurando-se como espaço privilegiado de poder político e ideológico. Em escala geográfica crescente, a urbanização desempenhou um papel decisivo na absorção perpétua por capital excedente, por meio da destruição criativa que utiliza como mecanismo a acumulação da despossessão. Tal processo é responsável por desapropriar as massas de qualquer direito à cidade, principalmente, moradia de trabalhadores de áreas centralmente localizadas. Dessa forma, acentua que a urbanização global depende de novas instituições e arranjos financeiros para a expansão de novos mercados a partir da organização de créditos. Além disso, o intuito

de encontrar terreno lucrativo para a produção e absorção de capitais excedentes, bem como encontrar novos meios de produção e recursos naturais que exercem pressão sobre o ambiente natural (Harvey, 2012).

A partir dessa concepção, a cidade é compreendida como meio ambiente construído para facilitar a produção, a troca e o consumo, como forma de organização social do espaço, manifestação específica da divisão do trabalho e de funções no capitalismo, apoiadas em infraestruturas físicas e sociais relacionadas com habitação, assistência à saúde, educação e vida cultural, passaram a ter um papel chave, patrocinadas pelo poder público local. À medida que a cidade passou a ser estudada como *locus* da produção e da reprodução da força de trabalho, as relações entre a produção e a reprodução social se tornaram objeto de uma análise cada vez mais intensa (Bottomore, 1988).

No campo das novas contradições, Santos (2012) e Rodrigues (1998) entendem que o conjunto de problemas em torno da questão ambiental, (re)coloca em destaque a produção social do espaço e das formas de apropriação da natureza, isso inclui as “[...] Formas de apropriação tanto reais – as formas concretas pelas quais a natureza é transformada –, como simbólicas – o pensamento sobre estas apropriações e transformações” (Rodrigues, 1998, p. 8).

Para o debate, Brenner (2014) faz novas apreensões relacionadas à binaridade urbano/rural ao incorporar novos elementos nessa relação, com enfoque para a urbanização estendida. Tal processo se desenvolve de forma desigual com a tendência de expandir em escala regional em diversos lugares do mundo. Seu desenvolvimento está associado a transformações socioambientais em áreas não vinculadas a condições urbanas, entretanto “[...] estão cada vez mais inter-relacionadas com os ritmos de desenvolvimento das aglomerações urbanas” (Brenner, 2018, p. 294).

No que tange aos horizontes políticos, destaca-se a emergência dos temas relacionados à política de espaço e a luta pelo bem comum local por diversos segmentos que compõe o cenário da urbanização estendida como os camponeses, pequenos proprietários de terras, trabalhadores agrícolas, populações indígenas entre outros (Brenner, 2014).

Desse modo, busca-se identificar como se dão as relações no território que é conformado por uma multiplicidade de sentidos em que povos tradicionais e meio

ambiente dão significação à constituição, organização física e simbólica, em que o urbano e o rural não estão presentes em suas feições mais clássicas. Tais sentidos compreenderam não somente sobre as populações tradicionais que não estão envoltos na caracterização urbana, mas sobre a própria população entendida formalmente como urbana que também não apresenta os elementos tradicionalmente tratados como caracterizadores do urbano (Ferreira, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do enfoque da reflexão sobre a Teoria Urbana no contexto latino-americano, à luz das contribuições das epistemologias do Sul e da oposição ao binarismo simplificador, deve-se avançar para uma epistemologia urbana relacional que, tal como defendem Oliveira e Arantes (2022), implica em cartografia de sentidos e reconhecimento de seus ritmos.

As Epistemologias do Sul fomentam diálogos entre os campos da sociologia e dos estudos urbanos, convidando a reflexão crítica da utilização de conceitos eurocêntricos, ampliando ou reformulando velhas questões e acrescentando novas perguntas. Nessa órbita, deve-se inferir que o pensamento social na periferia global ocorre sob pressupostos diferentes, condições distintas e indicam outras possibilidades. Desse modo, a mudança que acontecerá na teoria social pelo avanço de perspectivas do Sul, entre outras questões, por conta do advento de novos assuntos, tais como a violência ontoformativa e a importância social da terra. Tal mudança também poderá envolver perspectivas alternativas sobre temas já existentes (Connell, 2012).

Referências

- Aguiar, J. Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea. *Revista Observatorio Latinoamericano y Caribeño [online]*, v. 2, n. 1. (pp. 68-87), 2018.
- Ballestrin, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília. (pp. 89-117), 2013.
- Bottomore, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Brenner, N. Teses sobre a urbanização (pp.261-310). In: Brenner, N. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

- Cloke, P. Conceptualizing rurality. In: Cloke, P.; Marsden T.; Mooney, P. (Orgs.). *Handbook of Rural Studies* (pp.18-28). London: Sage, 2006.
- Connell, R. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80 (pp. 9-20).
- Ferreira, A. C. *Interseções urbanístico-ambientais: um estudo de Guaraqueçaba*; Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano) - Universidade Federal do Paraná, 2022.
- Fourez, G. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- Halfacree, K. Rural space: constructing a three-fold architecture (pp.18-28). In: Cloke, P.; Marsden, T.; Mooney, P. (Orgs.). *Handbook of Rural Studies*. London: Sage, 2006.
- Harvey, D. (2012). Direito à Cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, (pp. 73-89), jul./dez, 2012.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- Monte-Mór, R. L.(2006). O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento [online]*. Curitiba, n. 111, (pp. 9-18), 2016.
- Oliveira, L. A.; Arantes, R. A. (2022). Práticas e Processos de Produção do Espaço Urbano: Descentrando Perspectivas. *Estud. sociol.*, Araraquara, v. 27, n. esp. 1 (pp. 1-25).
- QUIJANO, A. (2005). Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas [online]* (pp.117-142). Buenos Aires: CLACSO.
- Rodrigues, A. M. *Produção e Consumo do Espaço: Problemática ambiental urbana*. Editora Hucitec, 1998.
- Roy, A. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory, *Regional Studies*, 43:6, 819-830, 2009.
- Roy, A. The Grassroots of Planning: Poor People's Movements, Political Society, and the Question of Rights (pp.143-154). In: Gunder, M., et al (Org.). *Routledge Handbook of Planning Theory*. London: Routledge, 2017.
- Roy, A. Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. *Journal of the American Planning Association*, 71(2), (pp.147-158), 2005.
- Santos, B.; Meneses, M. (2009). Introdução (pp. 9-20). In: Santos, B.; Meneses, M. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- Santos. B.Araújo, S. Baumgarten. M. *As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. Sociologias [online]*, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez, (pp. 14-23), 2016.
- Santos, M. *Por uma Economia Política da Cidade*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.